



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2025

**Súmula:-** Cria o adicional de periculosidade para a carreira de Agente de Trânsito do Município de Apucarana no percentual de 30% (trinta por cento) do vencimento inicial da carreira, altera dispositivos da Lei Complementar nº 001/2011 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações municipais, dos poderes legislativo e executivo do município de Apucarana, e dá outras providências, conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RODOLFO MOTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:

## LEI COMPLEMENTAR

**Art. 1º** Nos termos do artigo 77 da Lei Complementar 01/2011, fica criado o adicional de periculosidade para os Agentes Municipais de Trânsito em razão das atividades realizadas em vias públicas, da aplicação de penalidades, de medidas emergências de trânsito e outras relacionadas diretamente com o exercício do cargo.

**§ 1º** O adicional de periculosidade será concedido no percentual de 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, assim considerado aquele no qual o Agente Municipal de Trânsito ingressa por provimento originário.

**§ 2º** O valor do adicional de periculosidade integra a base de cálculo para incidência de contribuição social de natureza previdenciária e Imposto sobre a Renda retido na fonte, bem como refletirão no pagamento de férias e 13º Salário.

**Art. 2º** O Município de Apucarana deverá tomar medidas preventivas, protetivas e de reparação em relação a atos que possam caracterizar como lesivos ao servidor Agente Municipal de Trânsito, de modo a minimizar a periculosidade no exercício do serviço público.

**Art. 3º** Nos termos do artigo 79 da Lei Complementar 01/2011, fica vedado a cumulação de adicional de periculosidade com o adicional de insalubridade.

**Art. 4º** Não será devido o adicional de periculosidade quando do afastamento do funcionário do exercício das atribuições que ensejaram a concessão da vantagem, salvo nos casos dos afastamentos em virtude de:

- I- férias.
- II- casamento.
- III- luto.
- IV- júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- V- licença para tratamento de saúde;
- VI- licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- VII- licença à funcionária gestante.

**Art. 5º** O Parágrafo Único do Art. 77 da Lei Complementar 001/2011 para a ser denominado de § 1º, e acresce o §2º ao mesmo artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 2º - Fica instituído aos ocupantes do cargo de Agente Municipal de Trânsito o adicional de periculosidade previsto no Caput deste artigo, independente da realização de laudo ou perícia técnica, em razão da natureza da atividade desempenhada.”*







# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

### JUSTIFICATIVA PLC \_\_\_\_/2025

Encaminhamos à apreciação desta colenda Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar que institui ao Agentes Municipais de Trânsito o Adicional de Periculosidade.

O adicional de periculosidade é um direito previsto constitucionalmente para aqueles que laborarem em situações que exponham a eventual risco o trabalhador. Tal adicional também é de direito do servidor municipal, previsto no estatuto do servidor público de Apucarana. Contudo não basta a situação de perigo. Como diz a Constituição, o risco deve ser restrito a certas situações previstas em lei anterior que a defina.

Os Agentes de Trânsito estão inseridos no Sistema Único de Segurança Pública, conforme Art. 9º, inciso XV, da Lei Federal nº 13.675/2018, estando subordinados às condições especiais de trabalho que ensejam a percepção do adicional de periculosidade, conforme previsto no Art. 193, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluído pela Lei Federal nº 14.684/2023, entretanto, não existe legislação municipal que autorize o pagamento do adicional de periculosidade aos agentes de trânsito no Município de Apucarana.

Desta feita, visando suprir a lacuna legislativa que até a presente data impede a concessão do benefício ao Agentes de Trânsito Municipais, encaminhamos o presente projeto de lei para que passem a perceber as Agentes Municipais de Trânsito um adicional de 30 % (trinta por cento) por exercerem atividade que os exponham em perigo. Perigo este que, em resumida síntese, é da natureza do cargo. Fiscalização de trânsito, situações emergenciais, aplicação de multa, condução de motocicletas, escoltamento e operação conjunta com agentes de segurança justificam a adicional de periculosidade.

Por essas razões que amparam a propositura e demonstram o relevante interesse público de que se reveste, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa e na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Edis nossos protestos de apreço e consideração.

Município de Apucarana, em 15 de Outubro de 2025.

**RODOLFO MOTA**  
Prefeito Municipal

PLC 009/2025 - PLC-I-633-16-10-2025 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal  
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidadepdf>  
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 15/10/2025 19:56:03:00 -03  
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 466DC9F3F37E33919FD9BF3FC8914D8C1  
PARA CONFERIR A VERDADEIRA INTEGRIDADE DO DOCUMENTO



PLC 009/2025  
AUTORIA: Poder Executivo Municipal

